

PARECER - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 28/2021

Consultante: Câmara Municipal de Ubá do Estado de Minas Gerais

Município: Ubá

Ementa: Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2021 que *“Institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família no município de Ubá/MG e dá outras providencias.”*.

Consulta e delimitação do objeto

Em atendimento ao solicitado pela Câmara Municipal de Ubá, apresento o parecer respondendo a consulta da qual nos indagou sobre a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2021.

Pelo exame detido e acurado do objeto jurídico debatido no processo e à luz da sistemática dos direitos aplicáveis à espécie, temos por bem apresentar as seguintes considerações.

Fundamentação e legislação aplicável

Preliminarmente, ressalte-se que a presente consulta será respondida, em tese, observada a estrita legalidade, com respaldo nas informações apresentadas pelo consulente, não adentrando, por tal razão, no mérito da sua motivação, nem sequer os aspectos que não envolvem a matéria consultada. Feita essa consideração preambular, passa-se para a fundamentação jurídica com a resposta da consulta, por conseguinte.

I. Da Constitucionalidade ou inconstitucionalidade:

A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei se configura por ferir direta ou indiretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou a Constituição do Estado de Minas Gerais.

É considerado constitucional aquele Projeto de Lei em conformidade com os preceitos constitucionais, bem como estejam dentro dos limites materiais objetivos e subjetivos estabelecidos pela carta magna.

Portanto, a análise do Projeto de Lei em comento, se inicia pelo controle de constitucionalidade em abstrato, que incide sobre a legislação em tese, com o objetivo de evitar a criação de normas inconstitucionais.

O legislador constitucional, determinou competências para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As matérias podem ser: de competência privativa da União; comum ou concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O STF, em inúmeros julgados vêm construindo o conceito de "interesse local":

O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja e harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI c/c 30, 1 e II da CRFB). [RE 586.224, rel. min. Luiz Fz, j. 5-3-2015, P, DJE de 8-5-2015, com repercussão geral].

Conclui-se, então que este Projeto de Lei se encontra em conformidade com os ditames relativos a competência definida na CRFB/88 e ainda está em consonância com os princípios constitucionais fundamentais, principalmente o de proteção a dignidade da pessoa humana.

II. Da Legalidade ou Ilegalidade:

Ao adentrarmos na análise da legalidade ou ilegalidade de um Projeto de Lei, é necessário verificar se nele estão presentes os requisitos de uma norma jurídica, dotada de juridicidade, ou seja, se sua forma e conteúdo se encontram em harmonia com o ordenamento jurídico brasileiro, como um todo, leis, princípios, jurisprudência, inclusive os costumes, todos estes citados são considerados fontes do direito.

É considerado legal, o Projeto de Lei dotado de atributos que lhe concedem a legalidade, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade.

A norma legal, para ser qualificada como tal, deve possuir determinadas características, elencadas pela doutrina, dentre as quais destacamos a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade. (OLIVEIRA, L. H. S. Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas. Brasília).

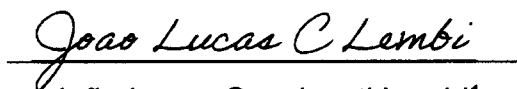
Tendo em vista que não há no ordenamento jurídico pátrio norma que pugne pela ilegalidade do objeto e preceitos do PL em pauta, e que ele é dotado dos atributos de lei, quais sejam a novidade, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, conclui-se pela sua legalidade.

Conclusão

Por todo exposto, com escopo no processo legislativo e no ordenamento jurídico atual, verifica-se a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2021.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2021.

Essa é o Parecer Jurídico, S.M.J.



João Lucas Cavalcanti Lembi¹

OAB/MG 146.183

¹ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), com parte do curso realizado na Universidad de Castilla-La Mancha com ênfase nas matérias de: Derecho Fiscal Europeo, Derecho Social Comunitario, Nacionalidad y Extranjeria e Protección Jurisdiccional de los Derechos Fundamentales.

Mestre em Direito Público pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura. Pós-graduando em Poder Legislativo e Políticas Públicas pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Certificado pela University of Pennsylvania (UPENN) em Regulatory Compliance.

Palestrante e consultor especialista em Direito Público Municipal e Poder Legislativo. Advogado com experiência em procuradorias municipais. Diretor jurídico do Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil.